

Gestão educacional e resultados administrativos: análise da execução orçamentária e seus reflexos nos indicadores educacionais

Educational management and administrative results: analysis of
budget execution and its reflections on educational indicators

Juvenal Pinheiro Vieira Filho¹
Wesley Phelix Silveira Rabelo²

RESUMO

O presente estudo analisa a relação entre a execução orçamentária da educação municipal de Paço do Lumiar/MA e a evolução dos indicadores educacionais entre 2021 e 2025, sob a perspectiva da Administração Pública. A pesquisa teve como objetivo analisar o volume anual de investimentos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, identificar a evolução dos principais indicadores educacionais da rede municipal e verificar possíveis associações entre a variação da execução orçamentária e o desempenho educacional. Utilizou-se abordagem descritiva, com análise de documentos públicos, relatórios orçamentários e indicadores oficiais. Os resultados demonstraram crescimento dos investimentos em educação e melhoria dos indicadores educacionais, com destaque para o IDEB dos Anos Iniciais, que evoluiu de 4,2 para 5,9, enquanto os Anos Finais passaram de 3,8 para 4,2. Conclui-se que a ampliação da execução orçamentária apresentou relação positiva com o desempenho educacional, contribuindo para o fortalecimento da qualidade do ensino, da infraestrutura escolar e da modernização tecnológica da rede municipal.

Palavras-chave: Execução orçamentária. Gestão educacional. Indicadores educacionais. Investimento público em educação. Administração pública.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between the budgetary execution of municipal education in Paço do Lumiar/MA and the evolution of educational indicators between 2021 and 2025, from the perspective of Public Administration. The research aimed to analyze the annual volume of investments applied to the maintenance and development of education, identify the evolution of the main educational indicators of the municipal network, and verify possible associations

¹ Discente do Curso de Administração do Centro Universitário Santa Terezinha - CEST

² Orientador do Curso de Administração do Centro Universitário Santa Terezinha - CEST

*Artigo apresentado ao Curso de Administração do Centro Universitário Santa Terezinha – CEST, para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

between the variation in budgetary execution and educational performance. A descriptive approach was used, with analysis of public documents, budgetary reports, and official indicators. The results demonstrated growth in investments in education and improvement in educational indicators, with emphasis on the IDEB (Basic Education Development Index) for the Initial Years, which evolved from 4.2 to 5.9, while the Final Years went from 3.8 to 4.2. It is concluded that the expansion of budgetary execution showed a positive relationship with educational performance, contributing to the strengthening of the quality of teaching, school infrastructure, and technological modernization of the municipal network. **Keywords:** Budget execution. Educational management. Educational indicators. Public investment in education. Public administration.

1 INTRODUÇÃO

A gestão orçamentária da educação pública municipal tem ocupado posição de destaque nas discussões relacionadas à eficiência administrativa e à qualidade das políticas públicas educacionais. Em um cenário marcado pela ampliação das demandas sociais e pela necessidade de fortalecimento da educação básica, a execução adequada dos recursos públicos torna-se elemento essencial para garantir melhores condições estruturais, pedagógicas e institucionais às redes municipais de ensino. Nesse contexto, a administração pública assume papel estratégico no planejamento, controle e aplicação dos investimentos destinados à manutenção e desenvolvimento da educação, buscando assegurar maior efetividade na prestação dos serviços educacionais.

Nas organizações públicas, especialmente no âmbito educacional, a execução orçamentária eficiente representa não apenas o cumprimento das exigências legais estabelecidas pela Constituição Federal e pela legislação educacional, mas também um instrumento de desenvolvimento social. A literatura científica evidencia que investimentos realizados de forma planejada e técnica podem contribuir para o fortalecimento da infraestrutura escolar, valorização dos profissionais da educação e melhoria dos indicadores de desempenho educacional. Mais do que ampliar recursos financeiros, torna-se necessário compreender de que maneira esses investimentos são aplicados e quais impactos podem gerar no processo de ensino aprendizagem e nos resultados apresentados pelas redes públicas de ensino.

A academia também exerce papel fundamental na análise das políticas públicas educacionais e na produção de estudos voltados à gestão eficiente dos recursos públicos. Por meio da pesquisa científica, torna-se possível ampliar as

discussões relacionadas à administração pública, ao financiamento da educação e à relação entre investimentos governamentais e desempenho educacional. Além disso, os estudos acadêmicos contribuem para a formulação de estratégias administrativas mais eficientes, fortalecendo a transparência, o planejamento orçamentário e a gestão por resultados no setor público. Dessa forma, a investigação científica possibilita uma compreensão mais ampla sobre os desafios e as potencialidades da gestão educacional no contexto municipal.

Diante desse panorama, surgiu o interesse pelo estudo da relação entre a execução orçamentária da educação municipal e a evolução dos indicadores educacionais públicos no município de Paço do Lumiar/MA, no período de 2021 a 2025. O objetivo deste trabalho consiste em analisar o volume anual de investimentos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, identificar a evolução dos principais indicadores educacionais da rede municipal e verificar possíveis associações entre a variação da execução orçamentária e o desempenho educacional. O estudo busca contribuir para as discussões sobre gestão pública educacional, eficiência administrativa e efetividade das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da qualidade da educação municipal.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL

A formação histórica da educação brasileira demonstra que o sistema educacional foi estruturado sob uma lógica de seletividade social, funcionando como mecanismo de manutenção das desigualdades econômicas e políticas. Desde o período colonial, o acesso à escolarização esteve concentrado nas elites, enquanto as camadas populares e grupos socialmente vulnerabilizados permaneceram excluídos do ensino formal. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas inclusivas contribuiu para a consolidação de um modelo educacional excludente, limitando as possibilidades de ascensão social por meio da educação.

Sob essa perspectiva, Teixeira (2007) afirma que a educação pública constitui elemento essencial para a consolidação da democracia, uma vez que o acesso ao ensino não pode permanecer condicionado à condição socioeconômica dos indivíduos. Para o autor, a efetivação do direito à educação depende da garantia de uma escola pública, gratuita e de qualidade, capaz de

assegurar igualdade de oportunidades e ampliar o acesso aos bens culturais produzidos pela sociedade (Teixeira, 2007).

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida formalmente como direito social e dever do Estado. Entretanto, as desigualdades históricas não foram superadas, permanecendo disparidades relacionadas à infraestrutura escolar, ao financiamento público e à valorização docente, especialmente nas regiões periféricas e entre estudantes de menor renda.

Nesse contexto, Freire (2011) defende que a educação possui caráter político e pode atuar tanto na reprodução das estruturas sociais quanto na transformação da realidade. Para o autor, a ausência de condições adequadas de funcionamento da escola limita seu potencial emancipador e compromete sua função social.

Corroborando essa análise, Bourdieu (2015) argumenta que o sistema educacional tende a reproduzir desigualdades sociais ao legitimar diferenças de desempenho sob a lógica do mérito individual. Segundo o autor, estudantes oriundos de grupos socialmente favorecidos chegam à escola com maior capital cultural, fator que influencia diretamente suas trajetórias acadêmicas.

Dessa forma, observa-se que a exclusão educacional no Brasil possui caráter estrutural e histórico. Sua superação exige não apenas o reconhecimento legal do direito à educação, mas também a implementação de políticas públicas consistentes, associadas ao investimento estatal e à promoção da equidade educacional.

3 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A educação é amplamente reconhecida como um dos principais fatores relacionados ao desenvolvimento social, econômico e institucional das sociedades contemporâneas. Estudos acadêmicos demonstram que países que realizam investimentos contínuos na área educacional tendem a apresentar melhores indicadores de desenvolvimento humano, redução das desigualdades sociais, elevação da produtividade econômica e fortalecimento da cidadania. Nesse contexto, a educação ultrapassa a condição de direito individual, constituindo-se também como instrumento estratégico para a promoção do desenvolvimento coletivo e sustentável.

Sob essa perspectiva, a educação contribui diretamente para a formação das capacidades humanas, para a ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e para o fortalecimento dos processos de inovação e produção do conhecimento. Conforme destaca Libâneo (2017), a escola exerce função essencial na formação social dos indivíduos e na consolidação da cidadania, uma vez que o ambiente educacional possibilita o desenvolvimento intelectual, ético e social dos estudantes. Nesse sentido, o autor afirma:

A educação escolar constitui uma prática social diretamente vinculada aos processos de formação humana, desenvolvimento das capacidades intelectuais e preparação dos indivíduos para participação ativa na vida social, política e econômica da sociedade. A escola, nesse contexto, assume função indispensável na democratização do conhecimento e na formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade em que estão inseridos (Libâneo, 2017, p. 24).

A análise apresentada por Libâneo (2017) evidencia que a educação desempenha função social estratégica, contribuindo para a formação de indivíduos aptos à participação na vida coletiva e ao exercício pleno da cidadania. Dessa forma, a instituição escolar configura-se como espaço fundamental de socialização, transmissão de conhecimentos e fortalecimento das relações sociais.

Nessa mesma perspectiva, Saviani (2019) ressalta que a educação pública desempenha papel central na democratização das oportunidades e na redução das desigualdades sociais historicamente construídas. Para o autor, a ampliação do acesso à educação de qualidade representa condição indispensável para o desenvolvimento social e para a efetivação dos direitos fundamentais. Conforme expõe o autor:

A educação escolar, especialmente no âmbito da escola pública, representa um dos principais instrumentos de democratização social, na medida em que possibilita o acesso ao conhecimento sistematizado e amplia as condições de participação dos indivíduos na vida econômica, política e cultural da sociedade. Investir em educação significa investir na própria transformação social (Saviani, 2019, p. 87).

Essa perspectiva evidencia que o desenvolvimento social está diretamente relacionado à qualidade e à capacidade de expansão do sistema

educacional. Quando o Estado investe em educação pública, ampliam-se as oportunidades de formação para diferentes grupos sociais, contribuindo para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da cidadania.

Sob a ótica econômica e administrativa, a educação também pode ser compreendida como investimento em capital humano. Conforme argumenta Schultz (2018), os investimentos educacionais produzem impactos significativos na produtividade, na qualificação profissional e no crescimento econômico das nações, uma vez que ampliam as capacidades técnicas e intelectuais da população. De acordo com o autor:

O investimento em capital humano, especialmente por meio da educação, promove o aumento da produtividade dos indivíduos, favorece o desenvolvimento econômico e amplia as possibilidades de inovação e crescimento sustentável. As sociedades que investem na formação educacional de sua população tendem a alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e social (Schultz, 2018, p. 41).

A teoria do capital humano reforça que os investimentos em educação não devem ser compreendidos apenas como despesas públicas, mas como aplicações estratégicas capazes de gerar benefícios econômicos e sociais em longo prazo. Nesse contexto, a efetividade das políticas educacionais depende não apenas da ampliação do acesso ao ensino, mas também da capacidade institucional de garantir qualidade educacional. Assim, fatores como infraestrutura escolar, valorização docente e gestão pública eficiente influenciam diretamente o desempenho educacional e os resultados do sistema de ensino.

4 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E FATORES INSTITUCIONAIS NO DESEMPENHO EDUCACIONAL

A discussão acerca da qualidade da educação tem ocupado posição de destaque no campo das pesquisas educacionais e das políticas públicas contemporâneas, especialmente após o processo de universalização do ensino fundamental no Brasil. Nesse cenário, os debates passaram a transcender a dimensão do acesso à escola, direcionando-se também para a análise das condições efetivas de aprendizagem e dos fatores que influenciam o desempenho educacional.

Assim, a qualidade da educação deve ser compreendida como fenômeno multifatorial, condicionado por elementos institucionais, pedagógicos e socioeconômicos que incidem diretamente sobre o processo de ensino aprendizagem. Conforme ressalta Libâneo (2017):

A qualidade da educação está diretamente relacionada às condições institucionais oferecidas pela escola, incluindo infraestrutura adequada, recursos pedagógicos, organização do trabalho escolar e qualificação dos profissionais da educação. A ausência desses elementos compromete o processo de ensino-aprendizagem e limita a capacidade da escola de promover formação intelectual e desenvolvimento social dos estudantes. (Libâneo, 2017, p. 56).

A análise apresentada pelo autor evidencia que o desempenho educacional não pode ser compreendido exclusivamente a partir de indicadores quantitativos ou avaliações externas, sendo indispensável considerar as condições estruturais e organizacionais que sustentam o ambiente escolar. Dessa forma, instituições de ensino que dispõem de melhores recursos físicos, pedagógicos e administrativos tendem a oferecer condições mais favoráveis ao desenvolvimento das competências cognitivas e à permanência dos estudantes no sistema educacional.

Além dos fatores institucionais, as condições socioeconômicas também exercem influência significativa sobre os resultados educacionais. Nesse sentido, Saviani (2019) afirma:

As desigualdades sociais refletem diretamente no sistema educacional, uma vez que estudantes pertencentes a grupos economicamente favorecidos possuem maiores oportunidades de acesso ao conhecimento, aos recursos culturais e às condições adequadas de aprendizagem. Dessa forma, a escola frequentemente reproduz desigualdades existentes na própria estrutura social (Saviani, 2019, p. 102).

A reflexão apresentada evidencia que a qualidade da educação se encontra diretamente relacionada não apenas à gestão escolar e às condições institucionais das unidades de ensino, mas também às desigualdades sociais que influenciam as trajetórias educacionais dos estudantes. Nesse contexto, a administração pública assume papel estratégico na formulação e execução de políticas educacionais voltadas à redução das desigualdades, ao fortalecimento da infraestrutura escolar e à promoção da qualidade do ensino público.

5 RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO E DESEMPENHO EDUCACIONAL

A relação entre investimento público em educação e desempenho educacional constitui tema central nas discussões acadêmicas relacionadas às políticas públicas, à administração pública e à economia da educação. O financiamento educacional não deve ser compreendido apenas como despesa estatal, mas como investimento estratégico voltado à promoção do desenvolvimento econômico, social e institucional. Nesse contexto, diversos estudos demonstram que sistemas educacionais que recebem investimentos adequados tendem a apresentar melhores indicadores de aprendizagem, maior permanência escolar e melhores condições de formação do capital humano. Sob essa perspectiva, Libâneo (2017) destaca:

A melhoria da qualidade da educação depende diretamente das condições materiais e institucionais disponibilizadas às escolas, incluindo infraestrutura adequada, recursos pedagógicos, valorização profissional e organização eficiente do trabalho escolar. A ausência desses elementos compromete significativamente o processo de ensino-aprendizagem e limita os resultados educacionais alcançados pelos estudantes (Libâneo, 2017, p. 78).

A análise apresentada evidencia que os investimentos públicos exercem influência direta sobre a qualidade do ensino e sobre o desempenho educacional, especialmente quando direcionados à melhoria das condições estruturais das instituições escolares. Assim, escolas que dispõem de recursos adequados, materiais didáticos e profissionais qualificados tendem a proporcionar ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento das competências cognitivas e à permanência dos estudantes no sistema educacional.

Entretanto, a literatura especializada demonstra que o aumento dos recursos financeiros destinados à educação, isoladamente, não garante melhorias automáticas nos indicadores educacionais. Nesse sentido, Saviani (2019) afirma:

O financiamento da educação necessita estar articulado a políticas públicas eficientes e mecanismos adequados de gestão educacional, uma vez que a simples ampliação dos recursos

financeiros não assegura, por si só, a melhoria da qualidade do ensino. A efetividade dos investimentos depende diretamente da forma como os recursos são planejados, executados e monitorados pelo poder público (Saviani, 2019, p. 115).

A reflexão apresentada evidencia que a eficiência da gestão pública representa elemento determinante para a efetividade das políticas educacionais e para a melhoria do desempenho escolar. Nesse contexto, investimentos voltados à infraestrutura escolar, formação continuada de professores, ampliação dos recursos pedagógicos e fortalecimento da gestão educacional podem contribuir para a redução das taxas de evasão e repetência escolar, promovendo maior eficiência no fluxo educacional e melhor utilização dos recursos públicos destinados à educação.

Dessa forma, evidencia-se que os impactos dos investimentos públicos sobre o desempenho educacional não dependem exclusivamente do volume de recursos aplicados, mas, sobretudo, da capacidade administrativa e institucional de garantir sua adequada gestão e efetiva destinação. Nesse sentido, a discussão acerca da qualidade da educação passa necessariamente pela análise do financiamento educacional e dos mecanismos de gestão dos recursos públicos, considerando que a eficiência na aplicação desses investimentos constitui elemento estratégico para o fortalecimento das políticas educacionais e para a melhoria dos indicadores de aprendizagem.

6 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

O financiamento da educação constitui elemento estruturante para a efetivação do direito à educação e para a consolidação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e à redução das desigualdades. No contexto brasileiro, a garantia desse direito depende diretamente da capacidade do Estado de planejar, destinar e administrar recursos financeiros suficientes para assegurar o funcionamento adequado do sistema educacional.

Dessa forma, o financiamento educacional não se restringe à simples alocação de verbas públicas, envolvendo também mecanismos de planejamento orçamentário, execução financeira e gestão administrativa capazes de promover

eficiência, equidade e qualidade na aplicação dos recursos destinados à educação pública. Nesse contexto, Farenzena (2018) afirma:

O financiamento da educação pública deve ser compreendido como instrumento essencial para a garantia do direito à educação, uma vez que a disponibilidade de recursos financeiros condiciona diretamente a capacidade do Estado de ofertar infraestrutura adequada, valorização profissional, recursos pedagógicos e condições efetivas de permanência escolar. A insuficiência de financiamento compromete a qualidade da educação e amplia as desigualdades educacionais existentes no sistema de ensino (Farenzena, 2018, p. 74).

A análise apresentada evidencia que o financiamento educacional ultrapassa a dimensão meramente contábil ou orçamentária, assumindo função estratégica na concretização das políticas públicas educacionais. Nesse sentido, o orçamento público representa importante instrumento de gestão governamental, pois define prioridades administrativas e condiciona a capacidade estatal de investimento em infraestrutura escolar, formação docente, aquisição de materiais pedagógicos e implementação de programas voltados à melhoria da qualidade do ensino. Sob essa perspectiva, Pinto (2021) destaca:

A efetividade das políticas de financiamento educacional não depende exclusivamente do volume de recursos aplicados, mas também da capacidade administrativa do Estado de planejar, executar e monitorar a utilização desses recursos de forma eficiente e socialmente orientada. A gestão inadequada do orçamento educacional compromete os resultados das políticas públicas e limita os avanços nos indicadores de desempenho escolar (Pinto, 2021, p. 112).

A reflexão apresentada demonstra que a ampliação dos investimentos públicos em educação, isoladamente, não garante melhorias automáticas na qualidade do ensino. Torna-se indispensável que os recursos destinados ao setor educacional estejam articulados a práticas eficientes de gestão pública, pautadas nos princípios da eficiência, transparência e responsabilidade administrativa. Nesse contexto, a adequada execução orçamentária assume papel estratégico na consolidação das políticas educacionais e na promoção de melhores resultados de aprendizagem.

Além da disponibilidade de recursos financeiros, a capacidade institucional dos gestores públicos constitui elemento determinante para a efetividade das políticas educacionais. Conforme ressalta Abrucio (2020):

A qualidade das políticas públicas educacionais encontra-se diretamente relacionada à capacidade administrativa do Estado de formular, implementar, acompanhar e avaliar suas ações governamentais. Sem mecanismos eficientes de gestão pública, planejamento e controle, os investimentos realizados tendem a produzir resultados limitados em termos de melhoria da qualidade dos serviços educacionais (Abrucio, 2020, p. 63).

Dessa forma, observa-se que o financiamento da educação envolve não apenas a destinação de recursos públicos, mas também a capacidade do Estado de administrá-los de maneira eficiente, estratégica e alinhada às demandas sociais. A articulação entre planejamento orçamentário, gestão administrativa e avaliação das políticas educacionais torna-se fundamental para garantir maior qualidade no ensino público, fortalecimento institucional e redução das desigualdades educacionais historicamente presentes no sistema educacional brasileiro.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção descreve os resultados e sua discussão com a literatura afim ao objetivo geral “Analisar a relação entre a execução orçamentária da educação municipal de Paço do Lumiar – MA e a evolução dos indicadores educacionais públicos no período de 2021 a 2025, sob a ótica da Administração Pública.”

O estudo apresentou caráter descritivo, uma vez que buscou identificar e analisar o comportamento das variáveis relacionadas ao financiamento da educação e ao desempenho educacional do município. Conforme destaca Gil (2022), a pesquisa descritiva possui como finalidade descrever características de determinados fenômenos e estabelecer relações entre variáveis. Além disso, a investigação configura-se como estudo de caso, tendo como unidade de análise o município de Paço do Lumiar, permitindo uma análise aprofundada das particularidades da gestão educacional local (Yin, 2015).

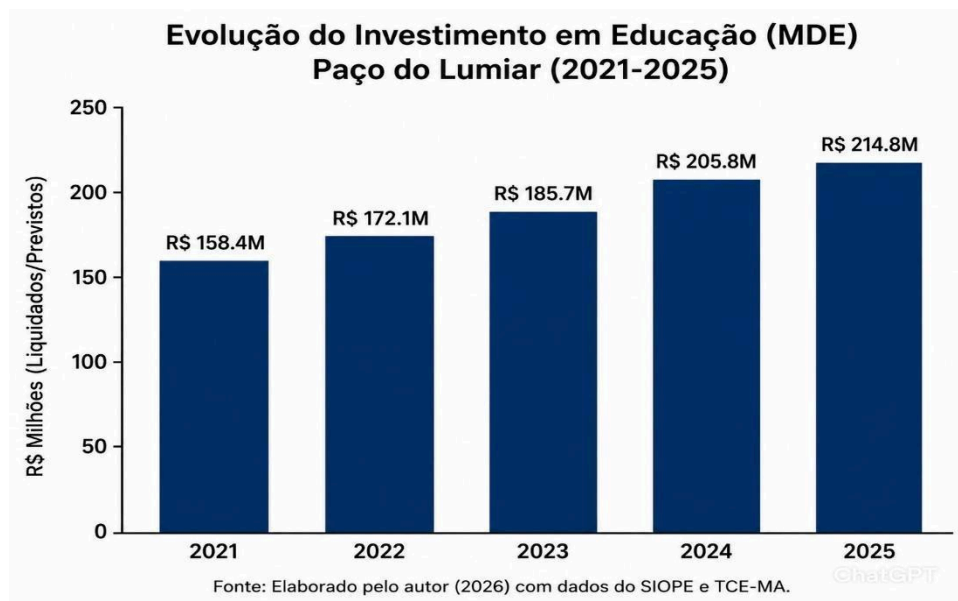
Quanto aos procedimentos técnicos, adotaram-se os métodos bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na análise de livros, artigos científicos, legislações e produções acadêmicas relacionadas ao financiamento da educação, gestão pública e desempenho educacional. Já a pesquisa documental foi realizada por meio da consulta a bases oficiais de dados públicos, especialmente o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), o Portal da Transparência do Município de Paço do Lumiar, os relatórios do Tribunal de Contas do

Estado do Maranhão (TCE-MA) e os indicadores educacionais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A coleta de dados concentrou-se nos investimentos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), nos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e nos dados relacionados ao fluxo escolar da rede municipal de ensino. Posteriormente, os dados foram organizados em séries históricas e submetidos à análise estatística descritiva, utilizando-se planilhas eletrônicas para elaboração de tabelas, gráficos e interpretação comparativa dos resultados obtidos.

Por fim, foram observados os princípios éticos relacionados à utilização das informações coletadas, considerando que todos os dados utilizados na pesquisa possuem caráter público e acesso livre em plataformas oficiais governamentais. As informações foram empregadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, assegurando transparência, confiabilidade e rigor metodológico na condução da pesquisa.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os dados apresentados na Figura 1 evidenciam crescimento contínuo da execução orçamentária da educação municipal entre os anos de 2021 e 2025. A expansão do investimento em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), superior a 35% no período analisado, demonstra fortalecimento da capacidade fiscal do município e maior centralidade da política educacional no planejamento governamental. Sob a perspectiva da Administração Pública, esse comportamento orçamentário indica não apenas ampliação da capacidade de

financiamento, mas também consolidação de estratégias administrativas voltadas à manutenção e expansão das políticas públicas educacionais.

A estabilidade financeira representa elemento indispensável para continuidade das políticas públicas educacionais, especialmente em municípios com limitações estruturais e forte dependência de transferências intergovernamentais, uma vez que a ausência de previsibilidade compromete a implementação de ações administrativas duradouras (CASTRO; OLIVEIRA, 2021, p. 84). Tal perspectiva reforça que o crescimento do orçamento educacional em Paço do Lumiar não deve ser interpretado apenas como expansão contábil, mas como fortalecimento institucional da gestão pública municipal.

O crescimento observado entre 2021 e 2022 evidencia os impactos financeiros decorrentes da consolidação do Novo FUNDEB e da recomposição dos investimentos públicos no período pós-pandemia. Nesse contexto, percebe-se maior direcionamento de recursos para custeio, infraestrutura escolar e fortalecimento das políticas educacionais municipais, indicando ampliação da capacidade de intervenção administrativa do Estado no setor educacional e maior estabilidade na execução das ações governamentais.

A Administração Pública contemporânea exige planejamento, monitoramento e controle permanente dos gastos públicos, convertendo recursos financeiros em resultados efetivos para a sociedade, não se limitando apenas ao cumprimento formal da execução orçamentária (MATIAS-PEREIRA, 2022, p. 112). A discussão proposta por Matias-Pereira evidencia que a eficiência administrativa ultrapassa a dimensão estritamente financeira, exigindo capacidade institucional para transformar o orçamento em melhoria concreta dos serviços públicos ofertados à população.

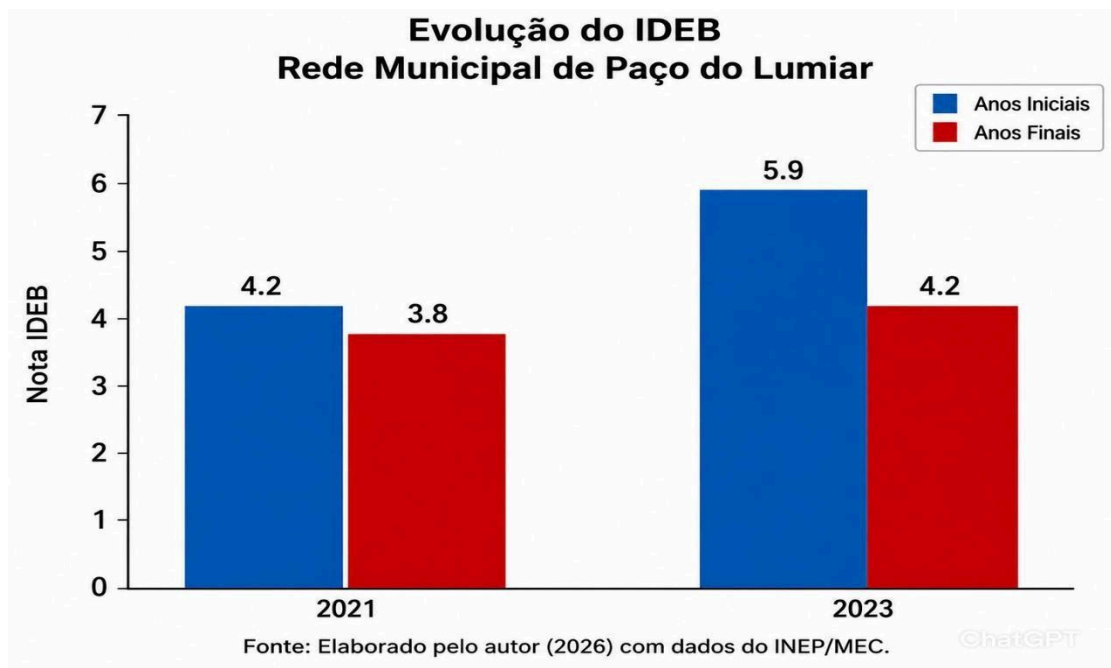
Entre os anos de 2023 e 2024, observa-se um dos maiores saltos financeiros do período analisado, alcançando aproximadamente R\$205,8 milhões. Esse crescimento coincide com a ampliação da infraestrutura tecnológica da rede municipal e com a implementação de políticas voltadas à modernização do ensino. Tal comportamento demonstra que a gestão educacional passou a utilizar o orçamento público como instrumento estratégico de planejamento e fortalecimento das políticas públicas.

O orçamento público moderno constitui mecanismo de planejamento e transformação social, permitindo ao Estado estabelecer prioridades

administrativas e direcionar recursos para áreas essenciais, como educação e saúde (GIACOMONI, 2021, p. 76). A análise de Giacomoni reforça que os dados apresentados na Figura 1 evidenciam a utilização do orçamento educacional como instrumento de fortalecimento institucional e de ampliação da capacidade administrativa municipal.

Além da ampliação dos recursos, os dados também demonstram relativa estabilidade da curva de crescimento financeiro, fator importante para continuidade das políticas públicas de longo prazo. Em termos administrativos, a previsibilidade orçamentária favorece planejamento plurianual, expansão da infraestrutura escolar e maior eficiência na gestão dos recursos públicos, reduzindo riscos de descontinuidades das ações educacionais.

Figura 2 – Evolução do IDEB da Rede Municipal de Paço do Lumiar



A melhoria dos serviços públicos depende diretamente da capacidade estatal de planejar, financiar e executar políticas públicas de forma eficiente e transparente, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais (ABRUCIO, 2021, p. 41). A reflexão apresentada demonstra que a qualidade da gestão pública está diretamente relacionada à capacidade administrativa do Estado. No contexto analisado, a expansão contínua do orçamento educacional

evidencia esforço institucional voltado ao fortalecimento da política educacional municipal.

A análise dos indicadores pedagógicos evidência que a expansão do investimento educacional esteve acompanhada de avanços relevantes no desempenho escolar da rede municipal, sugerindo relação positiva entre estabilidade orçamentária, fortalecimento das políticas públicas e melhoria dos indicadores de aprendizagem. O avanço mais significativo ocorreu nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, indicando maior eficiência das políticas voltadas à alfabetização e às competências básicas.

A aprendizagem nos primeiros anos escolares possui caráter estruturante para toda a trajetória educacional do indivíduo, razão pela qual investimentos direcionados à alfabetização tendem a produzir resultados pedagógicos mais rápidos e duradouros (LUCKESI, 2018, p. 57). A análise apresentada por Luckesi permite compreender que os resultados observados nos Anos Iniciais não decorrem exclusivamente da ampliação dos recursos financeiros, mas também da priorização de estratégias pedagógicas voltadas ao fortalecimento das competências fundamentais de aprendizagem.

Os Anos Finais do Ensino Fundamental também apresentaram crescimento, ainda que em ritmo mais moderado, passando de 3,8 para 4,2 entre 2021 e 2023. Esse comportamento evidencia que os desafios relacionados ao desempenho escolar se tornam mais complexos nas etapas finais da educação básica, especialmente em razão da evasão escolar, fragmentação curricular, vulnerabilidade social e distorção idade-série.

Embora os resultados demonstrem evolução nos indicadores educacionais, observa-se que o avanço ocorreu de maneira desigual entre as etapas de ensino. Enquanto os Anos Iniciais apresentaram crescimento expressivo, os Anos Finais evoluíram em ritmo mais lento, indicando que o desempenho educacional não depende exclusivamente da ampliação dos investimentos públicos, mas também de fatores relacionados à permanência escolar, gestão pedagógica e condições sociais dos estudantes.

A qualidade da educação depende não apenas do acesso à escola, mas também da permanência do estudante em condições adequadas de aprendizagem e desenvolvimento, assegurando efetividade ao princípio da equidade educacional (CURY, 2021, p. 93). A reflexão apresentada evidencia

que os resultados educacionais estão diretamente relacionados às condições estruturais oferecidas pelo sistema de ensino, reforçando que a melhoria do IDEB também reflete o fortalecimento da gestão pedagógica e administrativa.

Outro aspecto relevante refere-se à própria composição metodológica do IDEB, que considera simultaneamente desempenho acadêmico e fluxo escolar. Isso significa que o crescimento da nota depende não apenas da aprendizagem, mas também da redução das taxas de reprovação e abandono escolar, tornando o indicador uma ferramenta estratégica para avaliação das políticas públicas educacionais.

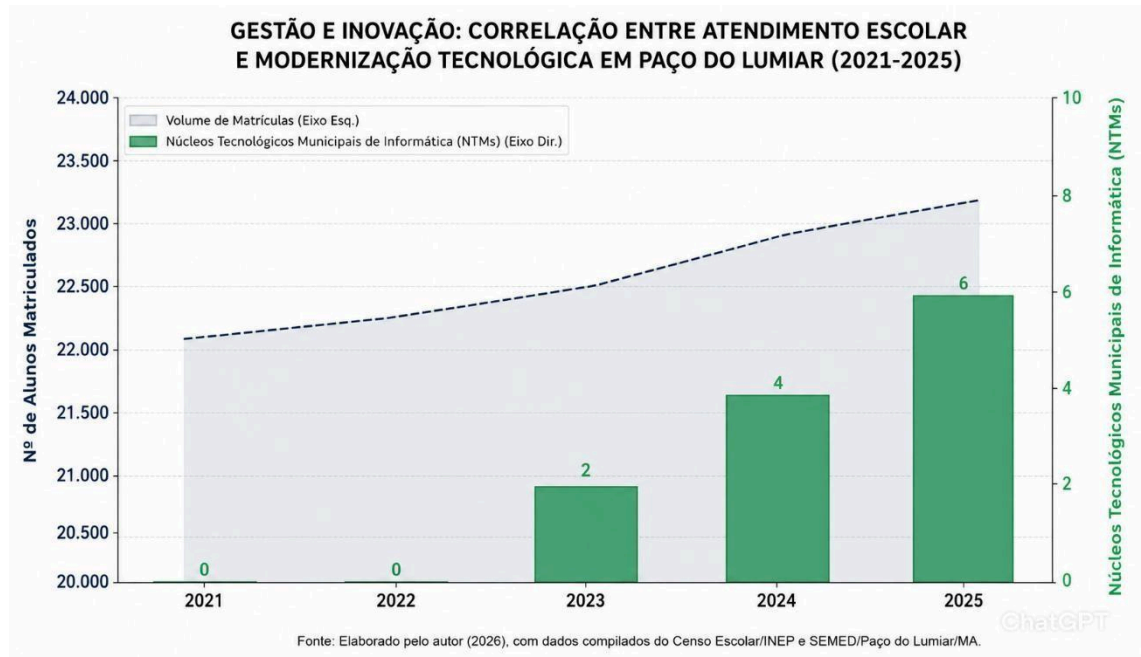
Os indicadores educacionais exercem função estratégica no monitoramento das políticas públicas, permitindo avaliar a efetividade das ações governamentais voltadas à melhoria da qualidade do ensino e identificar fragilidades estruturais do sistema educacional (SECCHI, 2021, p. 118). Sob essa perspectiva, os dados do IDEB apresentados na Figura 2 demonstram que os avanços pedagógicos observados no município estão diretamente relacionados à capacidade administrativa de planejar, executar e monitorar políticas educacionais.

Ao relacionar os dados pedagógicos aos indicadores financeiros anteriormente analisados, observa-se forte correlação entre estabilidade orçamentária e melhoria do desempenho escolar. Municípios que conseguem ampliar investimentos educacionais de forma contínua tendem a construir ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento das políticas pedagógicas e ao fortalecimento das condições de aprendizagem.

A educação pública de qualidade exige financiamento adequado, planejamento contínuo e capacidade administrativa para transformar recursos financeiros em aprendizagem efetiva, não dependendo exclusivamente do aumento dos gastos públicos (CASTRO; OLIVEIRA, 2021, p. 97). A citação reforça que o desempenho educacional depende da integração entre financiamento, gestão e planejamento pedagógico. No caso de Paço do Lumiar, os dados sugerem que a expansão orçamentária esteve acompanhada de avanços concretos nos indicadores de qualidade educacional.

Figura 3 – Correlação entre Atendimento Escolar e Modernização Tecnológica em

Paço do Lumiar (2021-2025)



Os dados apresentados na Figura 3 demonstram que a expansão do investimento educacional esteve associada ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica da rede municipal de ensino. A ampliação dos Núcleos Tecnológicos Municipais de Informática (NTMs) evidencia que parte relevante da execução orçamentária passou a ser direcionada à modernização pedagógica e à inclusão digital no ambiente escolar, fortalecendo o acesso dos estudantes às tecnologias educacionais.

A exclusão digital tornou-se uma das formas mais intensas de desigualdade social contemporânea, limitando o acesso ao conhecimento, à informação e às oportunidades de desenvolvimento humano (CASTELLS, 2021, p. 93). A discussão proposta por Castells permite compreender que a inclusão digital ultrapassa a dimensão estritamente pedagógica e assume caráter estratégico no enfrentamento das desigualdades sociais contemporâneas.

A evolução simultânea entre crescimento das matrículas e ampliação da infraestrutura tecnológica sugere que a administração municipal adotou estratégia voltada à modernização do sistema educacional. Sob a ótica da Administração Pública, esse movimento demonstra alinhamento com modelos de

gestão orientados pela inovação, eficiência administrativa e inclusão digital, fortalecendo a capacidade institucional da rede municipal de ensino.

As tecnologias digitais modificam significativamente as práticas pedagógicas e ampliam as possibilidades de aprendizagem colaborativa e desenvolvimento cognitivo, favorecendo maior participação discente e fortalecimento da construção do conhecimento (MORAN, 2018, p. 41). A análise de Moran demonstra que o investimento em tecnologia educacional possui potencial para transformar metodologias de ensino e fortalecer os processos de aprendizagem desenvolvidos no ambiente escolar.

Outro aspecto relevante refere-se ao crescimento mais acentuado da infraestrutura tecnológica entre os anos de 2023 e 2025, período em que os NTMs passaram de duas para seis unidades implantadas. Esse comportamento coincide diretamente com a expansão da execução orçamentária observada anteriormente, indicando que parte dos recursos educacionais foi direcionada à inclusão digital e à modernização da infraestrutura escolar municipal.

A inovação no setor público depende da capacidade institucional de transformar recursos orçamentários em serviços capazes de gerar valor público para a sociedade, exigindo planejamento estratégico e adaptação às demandas contemporâneas (ABRUCIO, 2021, p. 58). A contribuição teórica evidencia que a inovação administrativa não se limita à aquisição de equipamentos, mas envolve a capacidade do Estado de converter investimentos em benefícios concretos para a população.

A ampliação do número de matrículas também sugere o fortalecimento da confiança social na rede municipal de ensino. O crescimento do atendimento escolar indica expansão da capacidade de absorção da demanda educacional e fortalecimento da infraestrutura pública ofertada à população, especialmente em regiões historicamente marcadas por desigualdades educacionais e limitações estruturais.

Apesar dos avanços identificados nos indicadores financeiros e pedagógicos, os resultados desta pesquisa devem ser interpretados considerando algumas limitações metodológicas. A utilização predominante de dados secundários oficiais impossibilita análise qualitativa aprofundada das práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares. Além disso, a

periodicidade bienal do IDEB limita a observação anual dos impactos imediatos das políticas públicas implementadas pela gestão municipal.

Ainda assim, buscou-se minimizar tais limitações mediante triangulação documental entre dados do INEP, SIOPE, Portal da Transparência e relatórios do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, fortalecendo a confiabilidade das informações analisadas e ampliando a consistência metodológica do estudo. Tal procedimento contribuiu para reduzir possíveis distorções decorrentes da utilização de fontes secundárias oficiais.

A democratização do acesso às tecnologias educacionais constitui requisito fundamental para construção de sistemas educacionais mais inclusivos e equitativos, ampliando oportunidades de aprendizagem e reduzindo desigualdades historicamente presentes nas redes públicas de ensino (CURY, 2021, p. 104). A perspectiva apresentada por Cury reforça que a inclusão tecnológica deve ser compreendida como elemento estruturante das políticas educacionais contemporâneas. Nesse sentido, os resultados observados em Paço do Lumiar sugerem que a articulação entre financiamento público, modernização tecnológica e gestão administrativa eficiente pode contribuir para redução das desigualdades educacionais e fortalecimento da qualidade do ensino público municipal.

9 CONCLUSÃO

A presente pesquisa demonstrou que o investimento público em educação exerce papel fundamental no fortalecimento das políticas educacionais e na melhoria dos indicadores de desempenho escolar no município de Paço do Lumiar/MA. Os resultados evidenciaram crescimento contínuo da execução orçamentária da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) entre os anos de 2021 e 2025, acompanhado por avanços nos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Observou-se, ainda, que a ampliação dos recursos públicos esteve associada ao fortalecimento da infraestrutura educacional, à modernização tecnológica da rede municipal e à expansão dos Núcleos Tecnológicos Municipais de Informática (NTMs), demonstrando maior priorização da educação no planejamento administrativo municipal.

Verificou-se que a estabilidade orçamentária e a capacidade de gestão dos recursos públicos contribuíram diretamente para a consolidação das políticas educacionais implementadas no município. A pesquisa evidenciou que a melhoria dos indicadores educacionais não depende exclusivamente da ampliação do financiamento público, mas também da eficiência administrativa na execução das políticas públicas, da organização pedagógica e da capacidade institucional de transformar recursos financeiros em resultados concretos de aprendizagem.

Além disso, os dados demonstraram que a modernização tecnológica e a inclusão digital passaram a integrar de maneira mais significativa as estratégias de gestão educacional, fortalecendo o acesso às tecnologias e ampliando as possibilidades de desenvolvimento pedagógico na rede pública municipal.

Dessa forma, conclui-se que a articulação entre financiamento educacional, planejamento orçamentário, modernização tecnológica e gestão pública eficiente contribuiu para o fortalecimento da política educacional em Paço do Lumiar. O estudo evidencia que a continuidade dos investimentos em educação, aliada ao aperfeiçoamento da gestão administrativa e pedagógica, representa elemento essencial para a melhoria da qualidade do ensino público e para a redução das desigualdades educacionais.

Recomenda-se, portanto, o fortalecimento das políticas de monitoramento dos indicadores educacionais, a ampliação das ações voltadas à inclusão tecnológica e a continuidade dos investimentos em infraestrutura e formação educacional, visando consolidar os avanços observados no período analisado. Sugere-se, ainda, a realização de novas pesquisas que aprofundem a análise qualitativa das práticas pedagógicas e dos impactos sociais das políticas públicas educacionais, contribuindo para o aprimoramento da gestão educacional e para o desenvolvimento de estratégias administrativas mais eficientes no âmbito da educação pública municipal.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. ***Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro e nas políticas públicas***. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2020.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 1-18, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Financiamento da educação pública no Brasil.** Brasília: IPEA, 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

FARENZENA, Nalú. **Financiamento da educação básica no Brasil: desafios e perspectivas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 18. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora.** Porto Alegre: Penso, 2018.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento da educação básica: avanços, limites e desafios.** São Paulo: Cortez, 2021.

SAVIANI, Dermeval. ***Escola e democracia***. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

SCHULTZ, Theodore W. ***O capital humano: investimentos em educação e pesquisa***. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SECCHI, Leonardo. ***Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos***. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

TEIXEIRA, Anísio. ***Educação não é privilégio***. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.